

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ/SP

**CONCURSO PÚBLICO
Nº 01/2022**



OFICIAL LEGISLATIVO – JURÍDICO

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: OFICIAL LEGISLATIVO – JURÍDICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Desmatamento e caça ilegal podem causar novas epidemias no Brasil, diz estudo da Fiocruz

(Lucas Rocha, da CNN em São Paulo.)

Conhecido por sua grande biodiversidade de animais e vegetais, o Brasil também abriga uma variedade significativa de agentes capazes de causar doenças, tecnicamente chamados de “patógenos”, como vírus e parasitas.

Antes mesmo da emergência do coronavírus no final de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem alertado sobre os riscos do surgimento de doenças com potencial de se espalhar pelo mundo e afetar grandes populações em todos os países.

Ao levantarem essa possibilidade, cientistas brasileiros investigaram características do país que podem favorecer o contato dos seres humanos com microrganismos que podem apresentar riscos para a saúde.

Um estudo liderado por pesquisadoras do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), no Rio de Janeiro, aponta recentes aumentos nas vulnerabilidades sociais e ecológicas do país, amplificados pelos atuais cenários políticos e econômicos.

Os achados, publicados na revista científica *Science Advances*, indicam uma propensão dessa megadiversidade atuar como incubadora de possível pandemia provocada por doenças infecciosas de circulação animal que podem ser transmitidas para os seres humanos – as chamadas zoonoses.

“A partir de um modelo de avaliação que identifica diferentes interações entre os elementos que investigamos, conseguimos observar mais amplamente os processos que moldam o surgimento de zoonoses em cada estado brasileiro”, aponta *Gisele Winck*, primeira autora do artigo e pesquisadora do Laboratório de Biologia e Parasitologia de Mamíferos Silvestres Reservatórios do IOC, em comunicado.

De acordo com os especialistas, três principais componentes de risco estão em foco na avaliação: vulnerabilidade, exposição e capacidade de enfrentamento.

Dentro dos grupos principais, são observadas variáveis mais específicas como a quantidade de espécies de mamíferos silvestres, perda de vegetação natural, mudanças nos padrões de uso da terra, bem-estar social, conectividade geográfica de cidades e aspectos econômicos.

De acordo com o estudo, os resultados colocam em evidência o desmatamento e a caça de animais silvestres como fatores de grande relevância para o aparecimento de novas e antigas infecções.

O estudo aponta, ainda, que todo o território brasileiro está suscetível a emergências ocasionadas por zoonoses, com uma maior probabilidade em áreas sob influência da Floresta Amazônica.

Na análise, os especialistas traçam um comparativo entre os estados do Maranhão e do Ceará, na região Nordeste.

O Maranhão, que possui cerca de 34% do seu território coberto pela floresta tropical, é classificado como área com alto risco para surtos de zoonose. Enquanto o Ceará, estado vizinho, onde a Caatinga prevalece, apresenta baixo risco no surgimento de novas doenças.

“A Floresta Amazônica é uma região com alta diversidade de mamíferos selvagens e que vem sofrendo grande perda da cobertura florestal. Muitas espécies estão ficando sem *habitat* devido ao desmatamento, gerando desequilíbrio na dinâmica local”, diz *Cecília Siliansky de Andreazzi*, uma das autoras do artigo e, também, pesquisadora do Laboratório de Biologia e Parasitologia de Mamíferos Silvestres Reservatórios.

Risco de “transbordamento”

O contágio por infecções de origem animal acontece por meio de um fenômeno conhecido como “*spillover*”. O “transbordamento”, em tradução literal, é quando os agentes causadores de doença que circulavam restritamente em um grupo animal “saltam” e passam a infectar outras espécies, incluindo humanos.

A expansão das atividades humanas para regiões de matas e florestas, naturalmente habitadas por animais silvestres, é um aspecto que favorece ainda mais esse cenário, de acordo com as pesquisadoras.

No entanto, o estudo ressalta que para uma zoonose se tornar epidêmica é necessário o alinhamento de diferentes fatores ecológicos, epidemiológicos e comportamentais, incluindo a mobilidade humana como um fator de importância.

No Brasil, a dependência socioeconômica de cidades menores com capitais e grandes metrópoles aumenta o potencial epidêmico das zoonoses, uma vez que habitantes de regiões interioranas precisam realizar deslocamentos frequentes em busca de bens e serviços.

“O fluxo humano é crucial no espalhamento de zoonoses, principalmente em infecções cuja transmissão ocorre de pessoa para pessoa após o salto de espécies, como é o caso da Covid-19. A partir do momento em que esses patógenos alcançam cidades super espalhadoras, como São Paulo e Manaus, a transmissão é amplificada e exportada para diversas outras regiões”, diz *Cecília*.

A carne de caça é outra via crítica para o “transbordamento” de doenças. Em uma análise de rede, foram relacionadas espécies que são frequentemente caçadas de modo ilegal no Brasil com agentes que potencialmente causariam danos graves à saúde pública. Como resultado, foram encontrados 63 mamíferos que interagem com 173 parasitas propícios a causar pelo menos 76 diferentes doenças.

“A infecção pode ocorrer em diversas etapas: ao adentrar a floresta, quando o caçador fica exposto a mosquitos, carrapatos e diversos outros vetores de patógenos; no ato da caça, ao sofrer um corte ou arranhão que entre em contato com fluidos animais; no preparo da carne, quando há o contato direto com vísceras, que também são comumente oferecidas como alimentos crus para cães e gatos de estimação; e no consumo final da carne, caso não seja bem armazenada ou cozida”, explica *Gisele*.

Como a atividade ainda é essencial para populações tradicionais que utilizam a carne de caça para subsistência, os especialistas fazem um recorte de situação no artigo e recomendam a implementação de ações pontuais de garantia da segurança sanitária nesses grupos.

“É algo que precisa ser bastante discutido e avaliado. A caça é autorizada apenas para os povos tradicionais, porém ela continua ocorrendo fora desses grupos e serve como fator de interação entre pessoas e animais silvestres reservatórios de patógenos. Infelizmente, todos acabam sendo tratados erroneamente como iguais. É preciso diferenciar populações que dependem desse consumo como fonte de proteína daqueles que atuam no tráfico de animal silvestre ou caça esportiva”, lembrou Cecília.

Vigilância

O estudo aponta o investimento em ações do Sistema Único de Saúde (SUS) como a principal forma de mitigar os efeitos do surgimento de uma zoonose.

De acordo com o artigo, a contenção de zoonoses ocorrerá efetivamente com a promoção de políticas públicas de saúde que apoiem abordagens preditivas e preventivas que sigam o conceito de Saúde Única (*One Health*), que considera a saúde humana, animal e ambiental para a manutenção do bem-estar no planeta.

Entre as ações preconizadas, estão a implementação de sistemas de monitoramento eficazes integrados com vigilância epidemiológica de potenciais doenças zoonóticas, políticas mais amplas e inovadoras que mitiguem a degradação ambiental, fiscalização do tráfico de animais silvestres e novas abordagens para a conservação da biodiversidade.

“O que define se o surgimento de uma zoonose será um surto local, epidemia ou pandemia é como iremos lidar com a situação. Temos que pensar em como faremos um monitoramento eficiente de um país grande e diverso como o nosso”, afirma Gisele.

Lições da Covid-19

O estudo teve origem em uma carta publicada em setembro de 2020 na revista *The Lancet*. Na época, os autores do texto apontavam retrocessos em políticas sociais e ambientais do Brasil, que podiam contribuir para a ocorrência de infecções causadas por microrganismos de origem animal. Os especialistas defendiam, ainda, a criação de um sistema integrado de vigilância de doenças silvestres.

“Após a publicação da carta, iniciamos uma reflexão mais aprofundada e detalhada sobre o potencial risco de emergências de zoonoses no Brasil. Esse artigo é fruto de muita pesquisa e discussão entre os pesquisadores desse grupo, visto que são assuntos complexos e que demandam uma busca por informação em variadas fontes”, disse Gisele.

A pesquisa foi realizada por um grupo de especialistas composto por profissionais de diferentes áreas, que atuam em saúde pública e conservação do meio ambiente. A publicação faz parte do projeto SinBiose do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Participam do trabalho pesquisadores da Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz, do Laboratório de Virologia Comparada e Ambiental do IOC, da Fiocruz Ceará, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE). O estudo também contou com a colaboração de especialistas da Faculdade Maurício de Nassau, da União Internacional para a Conservação da Natureza, da Universidade de Aveiro e da Universidade de Coimbra.

(CNN. *Desmatamento e caça ilegal podem causar novas epidemias no Brasil, diz estudo da Fiocruz*. 29/06/2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/>. Acesso em: 04/01/2023.)

Questão 01

A reportagem é um gênero textual jornalístico não literário veiculado nos meios de comunicação: jornais, revistas, televisão, internet, rádio, dentre outros. Em virtude disso, pode-se afirmar que, nessa reportagem, predominam as tipologias textuais

- A) expositiva e narrativa.
- B) informativa e narrativa.
- C) informativa e descritiva.
- D) expositiva e informativa.

Questão 02

Essa reportagem discute o fato de que, no Brasil, em virtude de sua grande biodiversidade de animais e vegetais, o desmatamento e a caça ilegal podem causar novas epidemias. A estratégia usada pelo autor do texto para ratificar essa discussão é

- A) trazer para seu texto trechos que apresentam as palavras de autoridades na área.
- B) informar que a população brasileira desconhece a caça ilegal e o desmatamento.
- C) alertar para o fato de que o Brasil é tido como um “mercedor” da pandemia de Covid-19.
- D) tornar públicas estatísticas que comprovam a possibilidade de novas epidemias no Maranhão e no Ceará.

Questão 03

Considerando as informações, analise as afirmativas correlatas e a relação proposta entre elas.

- I. “A caça de animais silvestres é um fator de grande relevância para o surgimento de uma zoonose.”

PORQUE

- II. “É necessário diferenciar as populações que dependem da caça como fonte de subsistência daquelas que atuam no tráfico de animais silvestres ou na caça esportiva.”

Assinale a alternativa correta.

- A) As afirmativas I e II são falsas, mas a II é uma justificativa correta da I.
- B) As afirmativas I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- C) A afirmativa I é falsa e a II é verdadeira, mas a II é uma justificativa correta da I.
- D) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

Questão 04

Em “Ao levantarem essa possibilidade, cientistas brasileiros investigaram características do país que podem favorecer o contato dos seres humanos com microrganismos que podem apresentar riscos para a saúde.” (3º§), as palavras destacadas equivalem, morfologicamente, a

- A) pronome relativo e pronome relativo.
- B) pronome indefinido e pronome relativo.
- C) pronome relativo e conjunção adverbial.
- D) pronome relativo e conjunção integrante.

Questão 05

Considere as frases reescritas a partir do texto e, a seguir, assinale a alternativa em que a frase permanece com seu sentido original e de acordo com a norma padrão da língua portuguesa.

- A) *“Como a atividade ainda é essencial para populações tradicionais que utilizam a carne de caça para subsistência, [...]” (21º§) / Como a atividade ainda é essencial a populações tradicionais que utilizam a carne de caça para subsistência, [...].*
- B) *“A Floresta Amazônica é uma região com alta diversidade de mamíferos selvagens e que vem sofrendo grande perda da cobertura florestal.” (13º§) / A Floresta Amazônica é uma região com alta diversidade de mamíferos selvagens e que vêm sofrendo grande perda da cobertura florestal.*
- C) *“No Brasil, a dependência socioeconômica de cidades menores com capitais e grandes metrópoles aumenta o potencial epidêmico das zoonoses [...]” (17º§) / No Brasil, a dependência socio-econômica de cidades menores com capitais e grandes metrópoles aumenta o potencial epidêmico das zoonoses.*
- D) *“O estudo aponta o investimento em ações do Sistema Único de Saúde (SUS) como a principal forma de mitigar os efeitos do surgimento de uma zoonose.” (23º§) / O estudo aponta o investimento em ações do Sistema Único de Saúde (SUS) como a principal forma de majorar os efeitos do surgimento de uma zoonose.*

Questão 06

Segundo os linguistas José de Nicola e Ernani Terra, “a norma culta da língua portuguesa declara expressamente que a preposição não contrai quando encontra um pronome pessoal ou um determinante que inicia uma oração com um verbo no infinitivo”. Assinale a alternativa que, dentre trechos do texto, está em desacordo com essa regra.

- A) *“Temos que pensar em como faremos um monitoramento eficiente de um país grande e diverso como o nosso [...]” (26º§)*
- B) *“O estudo aponta o investimento em ações do Sistema Único de Saúde (SUS) como a principal forma de mitigar os efeitos do surgimento de uma zoonose.” (23º§)*
- C) *“Os achados, publicados na revista científica Science Advances, indicam uma propensão dessa megadiversidade atuar como incubadora de possível pandemia provocada por doenças infecciosas [...]” (5º§)*
- D) *“Antes mesmo da emergência do coronavírus no final de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem alertado sobre os riscos do surgimento de doenças com potencial de se espalhar pelo mundo [...]” (2º§)*

Questão 07

Em “Como a atividade ainda é essencial para populações tradicionais que utilizam a carne de caça para subsistência, os especialistas fazem um recorte de situação no artigo [...]” (21º§), a conjunção destacada estabelece com a terceira oração do período uma relação semântica de

- A) causalidade.
B) adversidade.
C) consequência.
D) conformidade.

Questão 08

“Em uma análise de rede, foram relacionadas espécies que são frequentemente caçadas de modo ilegal no Brasil com agentes que potencialmente causariam danos graves à saúde pública.” (19º§) Assinale a alternativa que corretamente justifica a ocorrência de crase em “à saúde pública”.

- A) Ocorre crase quando o termo regido é palavra feminina.
B) Ocorre crase quando o termo regido é uma locução adverbial.
C) Ocorre crase quando o termo regente é uma locução conjuntiva.
D) Ocorre crase quando a locução “à moda de” estiver subentendida.

Questão 09

O estrangeirismo é um fenômeno linguístico que consiste no uso “emprestado” de uma palavra, expressão ou construção frasal estrangeira, em substituição de um termo na língua nativa. Por algumas gramáticas é considerado um método de composição de palavras, por outras é considerado como uma figura de linguagem e há, ainda, as gramáticas mais conservadoras que tratam o estrangeirismo como um vício de linguagem. De acordo com o contexto, a palavra “*spillover*” (14º§) deve classificada como

- A) um arcaísmo, porque não é mais usada atualmente.
B) um barbarismo, porque foi utilizada em seu idioma original.
C) uma figura de linguagem, porque tem valor estilístico para o texto.
D) um vício de linguagem, porque foi utilizada de modo desnecessário e exagerado.

Questão 10

Considerando que a omissão ou uso incorreto da vírgula pode alterar completamente o sentido do discurso, assinale a alternativa em que a frase, ao ser reescrita, permanece com seu sentido original e de acordo com a norma padrão da língua portuguesa.

- A) *“No Brasil, a dependência socioeconômica de cidades menores com capitais e grandes metrópoles aumenta o potencial epidêmico das zoonoses [...]” (17º§) / A dependência socioeconômica de cidades menores com capitais e grandes metrópoles, no Brasil, aumenta o potencial epidêmico das zoonoses.*
- B) *“Como a atividade ainda é essencial para populações tradicionais que utilizam a carne de caça para subsistência, os especialistas fazem um recorte de situação no artigo [...]” (21º§) / Como a atividade ainda é essencial para populações tradicionais que utilizam a carne de caça para subsistência os especialistas fazem um recorte de situação no artigo.*
- C) *“A partir de um modelo de avaliação que identifica diferentes interações entre os elementos que investigamos, conseguimos observar mais amplamente os processos [...]” (6º§) / A partir de um modelo de avaliação que, identifica diferentes interações entre os elementos que investigamos, conseguimos observar mais amplamente os processos.*
- D) *“A partir do momento em que esses patógenos alcançam cidades super espalhadoras, como São Paulo e Manaus, a transmissão é amplificada e exportada para diversas outras regiões, [...]” (18º§) / A partir do momento em que esses patógenos alcançam cidades super espalhadoras como São Paulo e Manaus a transmissão é amplificada e exportada para diversas outras regiões.*

Questão 11

Considerando a norma culta da língua portuguesa, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em “O estudo aponta, ainda, que todo o território brasileiro está suscetível a emergências ocasionadas por zoonoses, com uma maior probabilidade em áreas sob influência da Floresta Amazônica.” (10º§), o termo suscetível pode ser substituído por propenso, sem que haja alteração substancial de sentido.
- II. Autoriza-se a caça apenas para os povos tradicionais é uma reescrita que não acarreta alteração substancial de sentido da sentença “A caça é autorizada apenas para os povos tradicionais, [...]” (22º§).
- III. Em “Na época, os autores do texto apontavam retrocessos em políticas sociais e ambientais do Brasil, que podiam contribuir para a ocorrência de infecções causadas por microrganismos de origem animal.” (27º§), a palavra microrganismos está incorretamente grafada.
- IV. Em “No Brasil, a dependência socioeconômica de cidades menores com capitais e grandes metrópoles aumenta o potencial epidêmico das zoonoses, uma vez que habitantes de regiões interioranas precisam realizar deslocamentos frequentes em busca de bens e serviços.” (17º§), a conjunção uma vez que tem o mesmo valor semântico de porquanto.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, II e IV.

Questão 12

O sinal de dois-pontos possui a função de marcar, dentro de uma construção textual, uma breve pausa no discurso de um texto, podendo exercer diversas funções. Na frase “De acordo com os especialistas, três principais componentes de risco estão em foco na avaliação: vulnerabilidade, exposição e capacidade de enfrentamento.” (7º§), os dois-pontos foram utilizados para introduzir

- A) um resumo.
- B) uma citação.
- C) uma enumeração.
- D) uma consequência.

Questão 13

Uma das características do gênero textual reportagem é linguagem simples, clara e dinâmica, ou seja, nesse tipo de texto prevalece a linguagem denotativa, evitando-se a conotação. Assinale a alternativa em que a palavra, no contexto da produção discursiva, foi usada em sentido conotativo.

- A) saltam (14º§).
- B) habitat (13º§).
- C) spillover (14º§).
- D) espalhadoras (18º§).

Questão 14

Considerando a norma culta da língua portuguesa, analise as afirmativas correlatas e a relação proposta entre elas.

- I. “Na sentença ‘O estudo aponta, ainda, que todo o território brasileiro está suscetível a emergências ocasionadas por zoonoses [...]’ (10º§), o artigo definido o, que acompanha o pronome indefinido todo, pode ser suprimido, sem provocar alteração substancial de sentido.”

PORQUE

- II. “O pronome indefinido todo, no singular, pode vir acompanhado, ou não, de artigo definido.”

Assinale a alternativa correta.

- A) As afirmativas I e II são falsas, mas a II é uma justificativa correta da I.
- B) As afirmativas I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- C) A afirmativa I é falsa e a II é verdadeira, e a II não é uma justificativa correta da I.
- D) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

Questão 15

Considerando o título da reportagem, “Desmatamento e caça ilegal podem causar novas epidemias no Brasil, diz estudo da Fiocruz”, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ao alterar a ordem da frase para Estudo da Fiocruz diz que desmatamento e caça ilegal podem causar novas epidemias no Brasil, não há alteração nas funções sintáticas dos sujeitos das orações que compõem o período original.
- II. Em caso de concordância de uma locução verbal com sujeito composto, o verbo que se flexiona é o auxiliar, como em podem causar.
- III. A locução verbal podem causar pode ser substituída por causarão, sem que haja mudança substancial no sentido da informação.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) I, II e III.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 16

No instituto de matemática de uma organização, há dois departamentos: matemática aplicada e geometria. Os professores lecionam disciplinas em pelo menos um desses departamentos. Sabe-se que 23 professores dão aula no departamento de matemática aplicada e 18 professores lecionam no departamento de geometria. Adicionalmente, 12 professores lecionam nos dois cursos. Com base nessas informações, qual o número de professores que lecionam apenas em um departamento?

- A) 11
- B) 17
- C) 29
- D) 53

Questão 17

As amigas – Amanda, Beatriz, Carine e Dalila – combinaram de assistir o grande lançamento da semana no cinema. Ao chegar na sala do cinema onde o filme será transmitido, decidiram sentar em uma mesma fileira com exatamente quatro lugares. Considerando que Amanda e Carine querem se sentar uma ao lado da outra e que Amanda não quer se sentar ao lado de Beatriz, qual o número de formas distintas as amigas podem se organizar nesses assentos?

- A) 2
- B) 4
- C) 8
- D) 12

Questão 18

Quatro crianças estavam brincando na rua até que uma delas quebrou o retrovisor de um carro estacionado. Quando indagadas quem seria a criança culpada, emitiram as seguintes declarações:

- André: Mário quebrou o retrovisor;
- Natan: Eu não quebrei o retrovisor;
- Mário: Lucas quebrou o retrovisor; e,
- Lucas: Mário está mentindo.

Considerando que apenas uma das crianças não diz a verdade, quem é o culpado pelo acidente?

- A) André.
- B) Lucas.
- C) Natan.
- D) Mário.

Questão 19

Em uma empresa, 40% dos funcionários possuem pós-graduação. Além disso, sabe-se que 40% dos funcionários que possuem pós-graduação são do sexo feminino e 60% dos funcionários que não possuem graduação são do sexo feminino. Escolhido um funcionário dessa empresa aleatoriamente, qual a probabilidade desse funcionário ser do sexo feminino?

- A) 0,16
- B) 0,36
- C) 0,52
- D) 0,64

Questão 20

O condomínio de Roberto oferece aos moradores a oportunidade de malharem na academia. Sabe-se que a razão entre aqueles que utilizam a academia com respeito aos moradores que não utilizam a academia é de 2:5. Se o número de moradores que não fazem uso da academia supera o número de moradores que a utilizam em 396 pessoas, então o número total de moradores desse condomínio é:

- A) 548
- B) 660
- C) 836
- D) 924

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 21

Lucas está interessado no estudo do Direito Constitucional, especialmente a respeito do Poder Legislativo, e deseja compreender sua estrutura e organização. Ao manusear a Constituição Federal, Lucas poderá constatar as seguintes informações, EXCETO:

- A) O mandato de Senador é composto por duas legislaturas.
- B) Em caso de existência de Território Federal, este terá representatividade popular e elegerá quatro Deputados.
- C) No âmbito estadual e no Distrito Federal, o Poder Legislativo é unicameral e representado pelas Assembleias Legislativas.
- D) O Poder Legislativo a âmbito Federal é representado pelo Congresso Nacional, que é bicameral e composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Questão 22

Após ser protocolada uma denúncia contra o Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade, o Presidente da Câmara dos Deputados leva à respectiva casa a apreciação do pedido para instauração de processo de *impeachment* em face do chefe do Governo Federal. Os deputados decidem pela autorização da instauração do processo. Considerando o fato narrado, é correto afirmar que:

- A) O Presidente do STF funcionará como presidente da sessão e decidirá a respeito da condenação do Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- B) O Senado Federal decidirá por dois terços dos votos de seus membros, acerca da condenação do Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- C) Compete privativamente ao Senado Federal processar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e ao Presidente do STF proceder com o julgamento.
- D) Compete privativamente à Câmara dos Deputados, pelo voto de três quintos de seus membros, a autorização para instauração de processo contra o Presidente da República.

Questão 23

De acordo com a Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. É garantido o direito de propriedade que, nos termos da Constituição Federal, é um direito absoluto.
- II. É constitucional o direito da pessoa presa permanecer em silêncio.
- III. A restrição da liberdade de locomoção é medida excepcional em nosso ordenamento jurídico, pois a prisão de um civil só será admitida em caso de flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de uma autoridade judiciária.
- IV. O cargo de Presidente da Câmara dos Deputados é privativo de brasileiro nato e se encontra na ordem de sucessão do cargo de Presidente da República.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 24

O Porto de Santos iniciou suas atividades no início do século XVI, operando com estruturas rudimentares até o fim do século XIX, quando houve a concessão do Porto a investidores privados. A Companhia Docas de Santos (CDS), fundada em 1890 e detentora da concessão, construiu e inaugurou em 1892 os primeiros 260 metros de cais, criando, assim, o primeiro Porto Organizado do Brasil. De lá para cá, o Porto de Santos conquistou um lugar de destaque na economia do país e se tornou o maior porto da América Latina.

(História do Porto de Santos. Disponível em: [https://www.portodesantos.com.br/conheca-o-porto/historia-2/.](https://www.portodesantos.com.br/conheca-o-porto/historia-2/))

Dentre as competências dos entes federativos, a de explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os portos marítimos, fluviais e lacustres é competência:

- A) Privativa da União.
- B) Exclusiva da União.
- C) Concorrente da União, Estados e Distrito Federal.
- D) Comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Questão 25

Orlando exerce o cargo de vereador no município X. No dia 02/02/2022, já no exercício do mandato e estando em um bar do referido município, Orlando se envolve em uma briga por dívidas e acaba proferindo xingamentos contra Armando, também vereador em exercício. Considerando o fato narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) A conduta de Orlando pode configurar crime contra a honra de Armando.
- B) Orlando não cometeu crime, pois está no exercício do mandato e possui imunidade material.
- C) Orlando não cometeu crime, pois os xingamentos foram proferidos contra outro parlamentar.
- D) Orlando cometeu crime contra a honra, mas não poderá ser processado ou preso, pois goza de imunidade formal em relação ao cargo que ocupa.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 26

Antônio, Secretário de Obras da cidade de Tudo Feliz, decide solicitar ao Prefeito a declaração de utilidade pública de determinado imóvel para a construção de uma escola. Para tanto, há a necessidade de desapropriação de uma residência, cujo proprietário é Pedro. Muito embora a escola atenda aos anseios sociais, Antônio articulou a construção da escola no local onde está situado o imóvel de Pedro, com a única finalidade de prejudicá-lo, pois é seu desafeto. A conduta de Antônio pode configurar:

- A) Desvio de poder.
- B) Excesso de poder.
- C) Atuação nos limites do poder regulamentar.
- D) Atuação nos limites do poder discricionário.

Questão 27

Luana, servidora pública municipal, exerce cargo de chefia em um órgão da Prefeitura do Município de Tremembé. Em 12/12/2022 ela nomeou, para atuar na assessoria de seu gabinete, o seu marido João. A conduta de Luana desrespeita o princípio da

- A) legalidade.
- B) moralidade.
- C) impessoalidade.
- D) proporcionalidade.

Questão 28

Determinado município, diante da necessidade de melhoria da prestação do serviço público de tratamento de água e esgoto, decide criar, por meio de lei específica, uma nova pessoa jurídica de direito público, que ficará encarregada da prestação especializada de tal atividade. De acordo com o enunciado, podemos afirmar que houve a descentralização da prestação do serviço público com a criação de uma

- A) autarquia.
- B) empresa pública.
- C) fundação pública.
- D) sociedade economia mista.

Questão 29

O Poder Público de um determinado município, ao expedir atos administrativos que visam organizar o bom fluxo do trânsito local, colocou em algumas ruas da cidade placas indicativas de proibição de estacionamento. Sendo assim, os moradores e os visitantes daquele município, independentemente de sua vontade ou concordância, deverão obedecer à sinalização e se absterem de estacionar em local proibido. Dentre os atributos do ato administrativo, a situação descrita configura hipótese de

- A) tipicidade.
- B) imperatividade.
- C) autoexecutoriedade.
- D) presunção de legitimidade.

Questão 30

A Câmara da Estância Turística de Tremembé funciona em um prédio localizado no centro da cidade. Considerando que este imóvel é um bem público, ele poderá ser classificado como bem público

- A) dominical.
- B) de uso comum.
- C) de uso residual.
- D) de uso especial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 31

Estabelece a Lei de Execução Penal em vigor (Lei nº 7.210/1984) que a pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz. Exige aludido diploma legal, no entanto, que para a concessão do benefício o preso tenha cumprido ao menos

- A) setenta por cento da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado.
- B) quarenta por cento da pena, se o apenado for reincidente em crime não hediondo ou equiparado cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.
- C) cinquenta por cento da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional.
- D) sessenta por cento da pena, se o apenado for condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado.

Questão 32

Sobre a colaboração premiada prevista na Lei nº 12.850/2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Nenhuma tratativa sobre colaboração premiada deve ser realizada sem a presença de advogado constituído ou defensor público.
- B) Em qualquer fase da persecução penal será permitida, sem prejuízo de outros meios de obtenção da prova já previstos em lei, a colaboração premiada.
- C) A proposta de acordo de colaboração premiada não poderá ser sumariamente indeferida, devendo as partes firmar Termo de Confidencialidade para prosseguimento das tratativas, o que vinculará os órgãos envolvidos na negociação.
- D) O acordo de colaboração premiada poderá ser precedido de instrução, quando houver necessidade de identificação ou complementação de seu objeto, dos fatos narrados, sua definição jurídica, relevância, utilidade e interesse público.

Questão 33

Dispõe o CPC, em seu Art. 447, caput: “Podem depor como testemunhas no processo civil todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas”. Para fins de aplicação do aludido dispositivo, considerar-se-á impedido:

- A) O que é parte na causa.
- B) O que tiver interesse no litígio.
- C) O inimigo da parte ou o seu amigo íntimo.
- D) O interdito por enfermidade ou deficiência mental.

Questão 34

- I. “O recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça, das decisões denegatórias de *habeas corpus*, proferidas pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal, será interposto no prazo de _____ dias, com as razões do pedido de reforma.”
- II. “O recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça, das decisões denegatórias de mandado de segurança, proferidas em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais de Estados e do Distrito Federal, será interposto no prazo de _____ dias, com as razões do pedido de reforma.”

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as afirmativas anteriores.

- A) I. cinco II. cinco
- B) I. cinco II. quinze
- C) I. quinze II. cinco
- D) I. quinze II. quinze

Questão 35

Nos termos do Código de Processo Penal em vigor, não será admitida a decretação da prisão preventiva

- A) nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.
- B) quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.
- C) se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- D) com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia.

Questão 36

Em sede de Direito Penal, o curso da prescrição interrompe-se

- A) pelo oferecimento da denúncia ou da queixa.
- B) com o não cumprimento do acordo de não persecução penal.
- C) pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.
- D) enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.

Questão 37

Assinale a afirmativa correta.

- A) O desenvolvimento mental incompleto ou retardado induz, por si só, a isenção de pena do autor do fato-crime.
- B) A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, exclui a imputabilidade penal.
- C) Estados de ânimo como a emoção ou a paixão não excluem a imputabilidade penal, ou seja, não afastam a culpabilidade do agente.
- D) É isento de pena o agente que, por embriaguez proveniente de caso fortuito, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Questão 38

Analise as afirmativas a seguir.

- I. A pena de reclusão será cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, por sua vez, deverá ser cumprida necessariamente em regime semiaberto ou aberto.
- II. O condenado não reincidente, cuja pena privativa de liberdade seja superior a quatro anos e não exceda a oito, poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto.
- III. O condenado por crime contra o patrimônio terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e III.

Questão 39

Conforme preceitua o Código de Processo Civil pátrio, o valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será na ação

- A) em que há cumulação de pedidos, o de maior valor.
- B) em que houver pedido subsidiário, o próprio valor deste pedido.
- C) em que os pedidos são alternativos, a média entre os pedidos de menor e maior valor.
- D) de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido.

Questão 40

Sobre a tutela provisória, é INCORRETO afirmar que:

- A) Pode fundamentar-se em tutela de urgência ou tutela da evidência.
- B) Requerida em caráter incidental, estará condicionada ao pagamento de custas.
- C) Conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- D) Será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

Questão 41

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e instalado em 14 de junho de 2005, nos termos do Art. 103-B da Constituição Federal. Trata-se de um órgão do Poder Judiciário com sede em Brasília (DF) e atuação em todo o território nacional. Sobre o CNJ, é correto afirmar que:

- A) Assume função de cúpula do Poder Judiciário brasileiro.
- B) Compõe-se de quinze membros com mandato de dois anos, não admitida recondução.
- C) No impedimento do Presidente do Supremo Tribunal Federal, será presidido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- D) Oficiarão junto ao Conselho o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Questão 42

A administração pública, no uso de seu poder de autotutela, tem o direito de rever seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais. Contudo, tal direito não pode se estender indefinidamente, sob pena de gerar instabilidade nas relações jurídicas entre a administração e o administrado. Sobre o direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, em conformidade com a Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa correta.

- A) Decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- B) Decai em quatro anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- C) Decai em quatro anos, contados de sua ciência, independentemente da comprovação de má-fé, tendo em vista a supremacia do interesse público.
- D) Decai em cinco anos, contados de sua ciência, independentemente da comprovação de má-fé, tendo em vista a supremacia do interesse público.

Questão 43

Com base nas regras insculpidas na Constituição da República de 1988 e na legislação infraconstitucional, são consideradas hipóteses de vacância nos quadros da administração pública; EXCETO:

- A) Posse em outro cargo inacumulável.
- B) Promoção para provimento de cargo superior.
- C) Licença do servidor para desempenho de mandato classista.
- D) Readaptação do servidor público em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

Questão 44

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal nº 8.069/1990) protege e garante às crianças e adolescentes direitos fundamentais, assegurados no Art. 227 da Constituição Brasileira de 1988. Segundo seu Art. 3º: “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”. O Judiciário, o Ministério Público e os Conselhos Tutelares têm a incumbência de fiscalizar as entidades de atendimento, governamentais e não-governamentais, as quais são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes. São medidas aplicáveis às entidades de atendimento governamentais que deixarem de reportar ao Conselho Tutelar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos, EXCETO:

- A) Advertência.
- B) Aplicação de multa à própria entidade.
- C) Afastamento provisório de seus dirigentes.
- D) Fechamento de unidade ou interdição de programa.

Questão 45

Sobre a temática da responsabilidade civil do Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. São apontadas como causas excludentes da responsabilidade do Estado a culpa exclusiva da vítima, a força maior e o caso fortuito.
- II. O Art. 37, § 6º, da Constituição de 1988, conferiu ao Estado o direito de agir regressivamente contra o agente culpado (ou que agiu com dolo), para dele cobrar o que pagou ao administrado.
- III. Quanto aos atos judiciais, a própria Constituição admite a responsabilidade do Estado de indenizar o particular por erro judiciário (CF, Art. 5º, LXXV). O juiz, entretanto, só responde pessoalmente nos termos do Art. 143 do CPC, ou seja, em caso de dolo, fraude, recusa, omissão ou retardamento injustificado de providências de seu ofício.
- IV. A responsabilidade objetiva assenta-se no nexo de causalidade entre a atuação estatal e os danos daí decorrentes, independentemente de culpa administrativa ou do serviço. Essa responsabilidade consiste na obrigação de reparar os danos causados a terceiros em razão de um procedimento lícito ou ilícito do Estado. Distingue-se da responsabilidade subjetiva não só pelo fato de dispensar a demonstração da culpa administrativa ou do serviço, pois se satisfaz com a mera relação de causalidade entre o comportamento e o dano, como pela circunstância de abranger tanto os comportamentos ilícitos quanto lícitos do Estado.

Assinale a alternativa correta.

- A) Três afirmativas estão incorretas.
- B) Duas afirmativas estão incorretas.
- C) Todas as afirmativas estão corretas.
- D) Apenas uma afirmativa está incorreta.

Questão 46

À luz da Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas, EXCETO:

- A) Nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo desnecessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.
- B) Negação de publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.
- C) Revelação de fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- D) Nomeação de parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.

Questão 47

Quando o Estado presta os serviços públicos por meio de concessionárias, permissionárias ou autorizatárias há delegação do serviço, hipótese em que, apesar da titularidade do serviço continuar com o próprio Estado, a sua prestação é transferida para pessoas estranhas ao Estado. Delegação do serviço público, portanto, é a transferência da prestação do serviço à iniciativa privada, operada por contrato ou ato administrativo.

(CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de Direito Administrativo. 18. ed. Salvador: Juspodivm, 2020, página 251.)

Sobre a delegação do serviço público, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Segundo a Lei nº 11.079/2004, parceria público-privada é contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.
- B) A autorização de serviço público é ato administrativo unilateral, discricionário e precário, por meio do qual a administração pública faculta ao terceiro interessado a prestação de serviços públicos.
- C) Concessão administrativa é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- D) Concessão comum é contrato administrativo de concessão de serviços públicos ou de obras públicas, por meio do qual a administração pública delega, por prazo determinado, a prestação de serviços públicos, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, mediante remuneração paga, em regra e sob a forma de tarifa, pelo usuário.

Questão 48

A desconsideração da personalidade jurídica tem origem na teoria do *disregard of legal entity*, do direito anglo-saxão, e foi inserida no direito positivo nacional pelo Art. 28 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). Adiante, foi albergada pelo Código Civil de 2002, em seu Art. 50, cuja redação representa o que se convencionou chamar de teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica. Sobre a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, esposada pelo Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Basta o fato de a personalidade jurídica representar um obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados aos consumidores.
- B) A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
- C) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.
- D) Exige-se prova da fraude, do desvio de finalidade ou de confusão patrimonial para que os efeitos de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

Questão 49

A população idosa brasileira, ou seja, aqueles que têm 60 ou mais anos, é cada vez maior. Entre 2012 e 2017, por exemplo, cresceu nada menos do que 18%, passando da casa dos 30 milhões de brasileiros da terceira idade (número que significa 14,6% da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2025, o Brasil terá a sexta maior população idosa dos cinco continentes. No ordenamento jurídico brasileiro, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003) é um microsistema que visa garantir o direito a uma velhice digna e a execução de políticas que favoreçam isso. Sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.
- B) As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
- C) As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais.
- D) Incumbe ao poder público subsidiar às pessoas idosas, em percentual não menor do que 50% sobre o valor da tabela elaborada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

Questão 50

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinam-se a investigar fato de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do país. Recentemente, a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia tem gerado várias questões sobre esse tipo de atividade desempenhada pelo Senado. Sobre a CPI, é correto afirmar que:

- A) Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, necessariamente, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.
- B) Em razão da matéria de sua competência, cabe-lhe discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um terço dos membros da Casa.
- C) Serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo indeterminado, caso as investigações assim o demandarem.
- D) Tem poderes de investigação equiparados aos das autoridades judiciais, tais como determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer a audiência de Deputados e Ministros de Estado, tomar depoimentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

INSTRUÇÕES

O uso de máscara durante a realização da prova é facultativo. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo e etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Superior e 40 (quarenta) questões para os cargos de Nível Médio.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 3h30min (três horas e trinta minutos) para todos os cargos. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) devidamente assinado em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente decorridas 90 (noventa) horas do início de realização das provas, contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise feita pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.